

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO TERAPÊUTICA " AMARATI "**BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.016**

ATIVO	2.016	2.015
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	10.999	18.588
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição	-	1.202
Aplicações financeiras	2.706.845	2.901.592
Aplicações financeiras - com restrição	8	20.662
Convênios a receber	173.897	137.012
Contas a receber diversos	-	-
Adiantamentos	66.383	66.380
Estoques	6.495	9.012
Outros ativos circulantes	2.424	130
Total do ativo circulante	2.967.051	3.154.578
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Depósito Judicial	8.183	-
Imobilizado	5.071.306	5.186.152
Intangível	7.283	6.900
Total do ativo não circulante	5.086.772	5.193.052
TOTAL DO ATIVO	8.053.823	8.347.630
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	36.112	27.895
Obrigações sociais e fiscais	32.589	42.198
Provisão de férias e encargos	96.397	90.876
Outras obrigações	0	39
Total do passivo circulante	165.098	161.008
NÃO CIRCULANTE		
Contingências a pagar	12.000	-
Subvenções governamentais de ativos	34.763	41.788
Total do passivo não circulante	46.763	41.788
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio líquido	7.841.962	8.144.834
Total do patrimônio líquido	7.841.962	8.144.834
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.053.823	8.347.630
Demonstração do superávit/(déficit)		
RECEITAS	2.016	2.015
Receita de subvenções específicas e convênios	1.775.470	1.711.153
Receitas de doações	326.880	418.737
Receitas de eventos e promoções	165.954	283.190
Receitas financeiras	320.875	318.103
Outras receitas	129.410	148.666
Total das receitas	2.718.589	2.879.849
DESPESAS		
Salários e encargos	(2.076.909)	(1.955.843)
Serviços de terceiros	(364.940)	(282.090)
Administrativas e gerais	(374.515)	(344.379)
Depreciação	(200.130)	(172.883)
Financeiras	(4.967)	(3.491)
Total das despesas	(3.021.461)	(2.758.686)
Superávit/(déficit) operacional	(302.872)	121.163
Outras despesas) operacionais	-	(28.414)
Superávit/(déficit) do exercício	(302.872)	92.749

**Demonstração do superávit/(déficit) por área de atuação
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

	2.016	2.015
RECEITAS		
Receita de Saúde		
Receita de subvenções específicas e convênios	1.188.534	1.176.357
Outras receitas	77.828	85.022
Total receitas da saúde	1.266.362	1.261.379
Receita de Educação		
Receita de subvenções específicas e convênios	292.161	296.563
Outras receitas	6.031	7.167
Total receitas da educação	298.192	303.730
Receita de Assistência Social		
Receita de subvenções específicas e convênios	254.139	234.871
Outras receitas	2.598	2.299
Total receitas de assistência social	256.737	237.170
Demais receitas		
Doações de sócios	55.372	56.291
Telemarketing	153.326	176.346
Donativos	118.182	186.100
Receita financeira	275.053	265.752
Outras	295.365	393.081
Total de demais receitas	897.298	1.077.570
TOTAL DAS RECEITAS	2.718.589	2.879.849
DESPESAS	2.016	2.015
Despesas de Saúde		
Pessoal e encargos	(1.278.854)	(1.209.025)
Terceiros	(144.606)	(103.132)
Administrativas e gerais	(153.973)	(138.387)
Outras despesas	(128.111)	(113.334)
Total despesas de saúde	(1.705.544)	(1.563.878)
Despesas de Educação		
Pessoal e encargos	(308.146)	(297.112)
Terceiros	(25.855)	(9.870)
Administrativas e gerais	(34.094)	(29.542)
Outras despesas	(34.406)	(54.414)
Total despesas de educação	(402.501)	(390.938)
Despesas de Assistência Social		
Pessoal e encargos	(351.659)	(313.345)
Terceiros	(51.563)	(46.817)
Administrativas e gerais	(117.752)	(118.368)
Outras despesas	(36.423)	(33.586)
Total despesas de Assistência Social	(557.397)	(512.116)
Captação		
Pessoal e encargos	(138.250)	(136.361)
Serviços	(13.506)	(122.271)
Administrativas e gerais	(60.837)	(57.677)
Financeira	(4.530)	(3.491)
Outras	(138.896)	(368)
Total de demais despesas	(356.019)	(320.168)
TOTAL DAS DESPESAS	(3.021.461)	(2.787.100)
Superávit/(déficit) operacional	(302.872)	92.749
Outras Receitas/(despesas) operacionais	-	-
Superávit/(déficit) do exercício	(302.872)	92.749

Demonstração das mutações do patrimônio líquido**Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015**

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Subvenção Doações</u>	<u>Ajuste Avaliação Patrimonial</u>	<u>Superávit/ (déficit) exercício</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	3.534.667	56.485	4.460.933	-	8.052.085
Realização AAP			-96.279	96.279	
Transferência para patrimônio social	96.279			-96.279	
Superávit do exercício				92.749	92.749
Transferências para patrimônio social	92.749			-92.749	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.723.695	56.485	4.364.654	-	8.144.834
Realização AAP			-96.279	96.279	
Transferência para patrimônio social	96.279			-96.279	
Superávit do exercício				-302.872	-302.872
Transferências para patrimônio social	-302.872			302.872	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.517.102	56.485	4.268.875	-	7.841.962

Edmilson Bulisani
TC CRC-SP-88.907
CIC-823.171.948-20

DIRETORIA

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço, cuja soma do Ativo é igual a do Passivo no valor de R\$ 8.053.823 (oito milhões, cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e três reais)

Jundiaí, 31 de Dezembro de 2.016.

Humberto Cereser
Presidente

Eduardo Luiz Gonçalves
Tesoureiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal de "**ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO TERAPÊUTICA AMARATI**" examinaram o Balanço Geral e Demonstração do déficti do Exercício, encerrado em 31 de Dezembro de 2016, à vista dos livros e documentos existentes, encontrando em perfeita ordem, opinam pela sua aprovação.

Jundiaí, 31 de Dezembro de 2.016.

Ricardo Nascimbene

Silvio Gebram

Nelson Lucenti

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO TERAPEUTICA AMARATI

Jundiaí - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO TERAPEUTICA AMARATI**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO TERAPEUTICA AMARATI** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras Informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações, que compreendem o relatório de administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório de administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2017.



SGS Auditores Associados S/S Ltda
CRC 2 SP 024.456/O-4

Presley José Godoy
CRC 1 SP 185.052/O-5